

Línguas não oficiais de Moçambique. Necessidade da sua oficialização

Sóstenes Rego (Sisito Matete) *

pp. 29-43

Introdução

Com o tema “Línguas Não Oficiais de Moçambique – Necessidade da sua Oficialização”, pretende-se abordar a problemática daquelas línguas de Moçambique, que, volvidos cerca de cinco décadas depois da independência, ainda não viram o seu estatuto a ser elevado à categoria de língua(s) oficial/oficiais, os danos na economia e na sociedade que isso provoca e propostas de soluções possíveis para se sair dessa situação. No sul global, onde predominam sociedades de culturas e tradições orais e com elevados índices de analfabetismo, é defensável que as suas principais fontes também tenham que ser orais, pelo que, não faz muito sentido exigir-se fontes exclusivamente escritas como é apanágio no norte global. Logo, como é notório, as referências bibliográficas são escassas neste artigo. Isto radica da tentativa de pensar fora da cartilha e da fuga ao eurocentrismo e ao etnocentrismo que dominam os estudos científicos do norte global, europeu e ocidental. Daí a metodologia deste estudo basear-se nos pressupostos epistemológicos do sul global, propostos por Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, M. P. (Orgs.), (2009), segundo os quais, outros conhecimentos são possíveis para além das epistemologias do norte global, reconhecendo-se outros saberes, outras visões e outras lentes para ver, ler e interpretar a realidade e o mundo. Nesta ótica, é imperioso “reconhecer que há outras formas de conhecimento e outros modos de intervenção no real. (p. 183)” O presente artigo contempla três pontos essenciais: **1.** Política Linguística de Moçambique, em que se passa em revista questões que têm a ver com o monolinguismo funcional em Português, que redundam na existência de língua oficial única (LOU) – o Português, na lusofonização galopante do país e na consequente desafricanização dos moçambicanos, **2.** Línguas *Bantu* Moçambicanas (LBM), com particular destaque para o facto de, cerca de cinco décadas depois da independência e num país plurilingue, nenhuma língua nativa ter sido ainda promovida a língua oficial (LO), com o argumento da falta de estudos científicos suficientes para fundamentar uma decisão política a favor da escolha duma(s) língua(s) e não da(s) outra(s). Toda esta situação só tem contribuído para alimentar toda uma série de tabus em torno destas línguas, dos seus falantes e das suas culturas. **3.** Potencialidades das LB Moçambicanas que ainda não estão a ser devidamente exploradas devido a uma cegueira política que se manifesta

☐ <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afri40a3>

* CEAUP.

na falta de visão ou na pobreza de espírito ou em ambos. Enquanto isto, perde o país e a população sofre. Há que ter em conta que em certas zonas do interior de Moçambique, a Língua Portuguesa (LP) ainda é percecionada como língua estrangeira. Com a dimensão do país e com a riqueza linguística que possui, Moçambique necessitava de dois sistemas educativos: 1) Sistema educativo em LP (o existente e que aloja o Ensino Bilingue (EB) – LB local e LP) e 2) Sistema educativo em LB moçambicanas. Ambos funcionariam em regime de complementaridade, que beneficiariam e satisfariam as necessidades de todas as populações e de todas as zonas, das urbanas e semiurbanas às rurais e semirurais. A LP ser a única língua do sistema educativo, da administração, da justiça prejudica gravemente o desenvolvimento económico, social e político do país. O EB foi criado para combater o insucesso escolar em português das crianças moçambicanas, sobretudo as das zonas rurais. A questão de fundo é contribuir para que seja eliminada a discriminação linguística que condena milhões de moçambicanos a perderem os seus direitos ao ensino, ao emprego, à ascensão económica, política e social nas suas línguas (Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, Barcelona, 1996). Por isso, a oficialização das LB moçambicanas é imprescindível para o resgate das culturas, das histórias, dos espaços, dos saberes tradicionais, das literaturas e das linguagens ancestrais, reduzindo a discriminação, a marginalização a que muitas populações estão sujeitas.

Política linguística em Português em Moçambique

Ao longo da história de Moçambique, houve e ainda há vários equívocos sobre as LB Moçambicanas, desde a assunção de que elas não eram línguas (por serem ágrafas e sem alfabeto próprio, destruído pelos mesmos que as acusam de serem ágrafas), que eram destituídas de gramática (entendido como gramática escrita) até se lhes atribuir a fâmageada designação de línguas inferiores ou simples (baseado apenas num dos aspetos da sua gramática como a flexão verbal, por exemplo).

Também se faz eco a uma outra ideia peregrina de que estas línguas não eram científicas e nem podiam servir fins científicos. O facto de não estarem ligadas a nenhuma descoberta, invento e/ou avanço científicos deve-se ao imperialismo científico reinante. Por esse motivo, faltam-lhes termos técnico-científicos e das ciências humanas e sociais desenvolvidos sobretudo pelas e nas sociedades ocidentais e/ou ocidentalizadas. O que não significa que não possam ter ou vir a ter. Não é prerrogativa de nenhuma língua seleta ou divina.

A razão é simples: nenhuma ou pouca atividade, ideia ou reflexão nestas línguas ou com elas relacionadas é registada e transmitida por escrito. Daí ser vital o hábito de registar por escrito e dar-lhes escala, consistência e utilização em tudo quanto é atividade humana.

A política linguística moçambicana é uma política monolíngue implícita, baseada no português, uma política de continuidade da política linguística colonial, não se tendo mexido quase nada – mais cómodo – ou usando o truque de baralhar e voltar a dar as mesmas cartas. Somente o português é a única LO em Moçambique, num país plurilingue com mais de 3-4 dezenas de línguas.

A opção por uma política de continuidade deveu-se a várias razões, sendo de destacar:

1. Razões políticas – obedecendo a um critério de línguas maioritárias ou línguas mais faladas de Moçambique, as línguas do norte e centro seriam beneficiadas, sairiam a ganhar, o que não agradaria ao poder central e centralizado de e em Maputo. Assim, decidiu-se por uma língua dita “neutral”, como se isso fosse possível. A realidade está aí para desmentir isso;

2. Razões económicas – não se mexendo nada era, a curto prazo, mais barato porque pôr em marcha uma política linguística de raiz envolveria avultadas somas em dinheiro, recursos humanos e tecnológicos que o país não possuía ou não estava disposto a investir por não ser prioritário (havia outras prioridades). Só que essa prioridade para as LB moçambicanas nunca mais veio a surgir;
3. Razões sociais (que se confundem com políticas) – temia-se, que uma escolha, que recaísse em qualquer das línguas que não a portuguesa, provocaria sempre um descontentamento que poderia suscitar e “desenterrar os velhos machados de guerras tribais”. Mas, ao se escolher não escolher, está-se a fazer uma escolha: tornarmo-nos PALOP (palopianos), lusófonos (que tentamos negar, rasurar o fato de sermos *bantu* – o nosso outro lado, o nosso outro ser e estar próprio de povos pluriétnicos), CPLP; desprezarmos a nossa cultura arco-íris.

Em Moçambique, não há programas ou projetos concebidos para atender e lidar com a sua pluriétnicidade, pluriculturalidade e plurilinguismo. Moçambique nunca teve políticas linguísticas de promoção de práticas de multilinguismo e multiculturalismo na educação, no emprego e na sociedade, apesar de ser um país multiétnico, multicultural e multilingue. Antes pelo contrário, moveu uma campanha cerrada contra o chamado tribalismo, superstição/obscurantismo, e reprimiu o uso de LBM nas escolas e em repartições públicas, definindo como prioridade o fomento da LP, selecionada como língua de alicerce da Unidade Nacional (UN) em Moçambique independente.

Após a independência de Moçambique, o papel da LP não foi subvertido, pelo contrário, foi reiterado através de instituições e relações de poder atualizadas, em que o modelo de Estado-nação europeu foi reapropriado e a LP foi oficializada (Severo, 2016: 7). Etnias, línguas do grupo *bantu* e culturas associadas continuaram a ser marginalizadas ou mesmo subjugadas pelas novas autoridades instaladas no pós-independência.

A LP (e a cultura que a suporta) foi promovida a todo o custo, sacrificando tudo e todos: as línguas locais, as suas tradições, os seus mitos, a sua cosmovisão. Como resultado, a LP tornou-se LO única, o número dos seus falantes cresceu exponencialmente e espalhou-se a todo o território nacional enquanto que as LBM continuaram a ser ostracizadas e viram o número dos seus falantes em queda contínua.

Esse ostracismo foi de tal maneira intenso que ainda hoje alguns moçambicanos não têm orgulho das suas línguas e culturas ancestrais, ao ponto de, como acima foi dito, se estar a registar um decréscimo no número de falantes que as têm como suas línguas maternas. Enquanto isso, cresce o número de falantes moçambicanos cuja língua materna é o português (Chimbutane, 2022: 28), fruto da não oficialização das LBM.

Moçambique nunca teve políticas linguísticas de promoção de práticas de multilinguismo e multiculturalismo na educação, no emprego e na sociedade, apesar de ser um país multiétnico, multicultural e multilingue. Antes pelo contrário, moveu uma campanha cerrada contra o chamado tribalismo, superstição/obscurantismo, e definindo como prioridade o fomento da LP.

A fazer fé em Chimbutane 2022, a língua changana sai-se beneficiada no meio desta queda generalizada do número de falantes de LB, ocupando agora o segundo lugar, que era ocupado pelo sena. Ou seja, a política de não oficialização das LB em Moçambique não afetou de igual modo todas as LB.

No entanto, parece pouco provável que haja mais falantes changanas do que senas (dispersos entre Sofala, Zambézia, Tete e Manica). O que poderá ter acontecido é ou a in-

clusão de falantes da África do Sul e do Zimbábwe ou a insuficiência de dados, reflexo da falta de pesquisas (linguísticas) mais aturadas no centro e norte enquanto o sul tem apuramentos mais precisos.

É de salientar, que, como já está enraizado no seio de alguns moçambicanos o hábito de não revelarem a sua identidade étnica ou assumirem que não falam “dialeto”, certos dados deste padrão linguístico de Moçambique possam estar deturpados ou enviesados.

Resumindo, a política linguística de Moçambique privilegiou, implícita e/ou explicitamente, a LP em detrimento das LBM. A (in)visibilização destas línguas lesaram-nas gravemente como as evidências empíricas o comprovam.

Não deve valer tudo para se alcançar a Unidade Nacional e se criar a moçambicanidade. Aliás, esta devia resultar da simbiose de todas as etnias em presença no território que hoje constitui Moçambique, uma unidade na diversidade, e não na exclusão ou ostracização de etnias como se tem apregoado ao longo dos tempos. Ao fim e ao cabo, une-se o diferente. O contrário atrai-se. Há que se reconhecer as diferenças para se gizarem políticas para a sua harmonização e integração. Isso não terá sido feito de forma adequada.

O surgimento da lusofonia não é alheio ao papel ativo desempenhado por altos dirigentes brancos da Frelimo e é o corolário lógico da política seguida pelo país desde a luta armada de libertação nacional até ao momento em que assumiu o português como sua LO única.

Uma moçambicanidade que seja uma mera consequência da lusofonia, ou seja, uma pura injeção da língua e cultura portuguesas e ocidentais, quase que construída sem a contraparte autóctone, não deixa de ser uma quimera e é claramente discriminatória e atentatória das maiorias étnicas de Moçambique. Esta moçambicanidade desemboca no eurocentrismo como referência cultural, epistémica e política. Um verdadeiro moçambicano (isto não é nenhuma heresia) é fundamentalmente uma fusão de várias etnias, as forças vivas de Moçambique, com uma pitada da etnia portuguesa e outras.

Já se começa a reconhecer, que, em muitas sociedades africanas, a moçambicana não foge a regra, está em curso um processo de desafricanização, fruto, no caso dos PALOP, da sua galopante lusofonização (assimilação de línguas e culturas lusófonas/portuguesas de tipo CPLP).

Todas as culturas hoje são compósitas. As culturas moçambicanas não são exceção. É preciso edificar a unidade e a moçambicanidade com o que existe e não matando o que existe. Havendo problemas entre as partes constitutivas dessa moçambicanidade, têm que ser resolvidos entre as partes e não escondê-los, “varrendo-os para debaixo do tapete”. Aparentemente, isto pode acabar momentaneamente com a questão, mas não a resolve.

Sabe-se muito pouco das relações (conflituosas) existentes entre os diferentes grupos étnicos de Moçambique. Está pouco pesquisado por se recear que se possam desenterrar os antigos os machados de guerra bramidos nesse passado. Especula-se de que se guerream. Mas as guerras de que há relatos eram sucessórias: entre irmãos, entre pais e filhos, etc., envolvendo populares, onde recrutavam homens para os seus exércitos; para conquistarem terras para o cultivo, a pastagem e não com propósito exclusivo e generalizado de eliminar outra(s) tribo(s) (hostil/hostis).

No que tange as LBM, apesar de serem tantas, é raro ouvir-se falar delas e/ou aparecerem escritas nas redes sociais ou nos media. Continuam confinadas, circulando oralmente na esfera privada, informal, em cultos religiosos e cerimónias tradiçobais. Tal fica-se a dever ao longo período de ostracismo a que se encontram condenadas.

Apesar da Constituição da República (2018, art. 9) afirmar que “O Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade” e apesar do país ser multilíngue, na prática, funciona como se fosse monolíngue, sendo que nas instituições públicas, privadas, cooperativas, na administração, tudo é feito numa só língua – a LP – a única oficial. Na prática, isto traduz-se num monolinguismo funcional encapotado.

Línguas Nacionais mas não oficiais em Moçambique

As LB moçambicanas é a designação adotada neste trabalho para substituir a que é comumente usada – línguas nacionais ou línguas de Moçambique – posto que este conceito é suscetível de causar ambiguidades na sua interpretação quando, apenas se quer referir às moçambicanas auróctones: (i) para uns, línguas nacionais cinge-se apenas a línguas moçambicanas de raiz *bantu*, (ii) para outros, diz respeito somente à LP, que efetivamente tem uma distribuição geográfica que cobre todo o território nacional (Chimbutane, 2022) e (iii) há ainda o terceiro grupo, formado por aqueles que atribuem essa classificação a todas as línguas de Moçambique, sejam elas de origem *bantu*, europeia ou asiática (gujarate, menane, hindi, mandarim), que se estabeleceram em Moçambique.

A política linguística vigente em Moçambique produz uma situação, no mínimo, caricata, em que, a língua historicamente estrangeira, herdada do colonialismo, é língua oficial e as línguas pré-coloniais, línguas ancestrais, sejam línguas não oficiais (LNO). Ora, ser LNO pode dar azo a várias interpretações, como ser língua marginalizada, menorizada, não reconhecida, não legitimada, com um estatuto baixo ou, pura e simplesmente, sem nenhum estatuto oficial (Chimbutane, 2022: 18). Ora, à luz dos direitos humanos, isto fere um dos direitos linguísticos mais elementares, que é o direito dos povos de possuírem e de lhes ser reconhecido e garantido o direito de possuírem (pelo menos) uma língua.

Termos LNO em Moçambique significa o cancelamento, a proibição, a vedação do grosso das pessoas de Moçambique às suas vidas, à plena existência e com dignidade. Enquanto as LBM continuarem a ser LNO, a cultura moçambicana de raiz *bantu* também continuará a ser não oficial. Aliás, nos dias de hoje, grande parte da cultura oficial dos povos outrora dominados pelo regime colonial português é reflexo da cultura da antiga potência colonizadora. Isto está patente na gastronomia, na indumentária, na música, no ensino, nos cuidados de saúde, na construção civil, na língua, etc. Assim se compreende que a marrabenta, o tufo, o futebol, a construção civil e outros estejam apartados das nossas origens. Assim se explica também que nenhuma das práticas oficiais resultem da síntese crítica de experiências dos nossos ancestrais.

As implicações negativas disso sobre essa cultura são devastadoras, atingindo todos os campos, económico, social, político, emocional, físico, psíquico. Autodesprezo, autorrejeição, autocensura, autodiscriminação, automutilação são algumas delas. Isto define verdadeiramente quem somos.

Por exemplo, verifica-se, hoje, em Moçambique, que o comer pão com manteiga, queijo, salame, salada e chá ao pequeno almoço é oficial; o comer *madumbe*, mandioca, batata doce é não oficial; ao almoço ou jantar, comer arroz, espargete, batata-reino, frango, pizza, KFC, couves várias é oficial, enquanto comer *ntsima*, *mbewa*, *masendera*, *bonongwe*, *cipere*, *cibwatanga*, *sisito*, *kadududza*, *karakata*, *xiginya* não é oficial. Por isso, dificilmente se encontra e se serve em restaurantes moçambicanos; a fruta oficial é maçã, pêra,

pêssego, banana, laranja, sendo que *malambe*, *usika*, *nthudza*, *nthacha*, *nthalala* não; marrabenta é oficial, mas *malombo*, *m'dayi*, *ndjole* não é; a medicina ocidental é oficial, a tradicional não é; as religiões monoteístas (que tanto pululam em Moçambique) são oficiais, pelo contrário, as religiões politeístas (autóctones) são não oficiais; é tabu falarmos das nossas próprias etnias, sabermos quem são, donde vieram os *mayawo*, *makhuwa*, *masena*, *maronga*, suas principais atividades. Ou seja, tudo que seja local, autóctone é não oficial. Como se pode imaginar, o não oficial é conotado negativamente: é marginal, não sério, não culto, não “civilizado”, etc. Estranhamente, tudo o que seja não local é oficial.

Mais adiante, Chimbutane (2022: 96) frisam que a elevação do baixo estatuto das LB para um patamar mais alto passa pelo alargamento do seu uso em domínios formais como na educação, administração pública, justiça e governação.

De facto, a praxis dos sucessivos governos tem revelado uma supervalorização da LO – a LP –, esta, sim, elevada a verdadeira língua nacional. No ângulo oposto, com sinais claros de abandono, estão acantonadas (como que à espera de novas ordens, sem se saber muito bem o que se há-de fazer delas ou numa tentativa de as silenciar de vez) as LBM. Essa supervalorização da LP, por um lado, e, por outro, o conseqüente silenciamento das LBM está a resultar no aumento do número de falantes daquela e na gradual diminuição destas (Chimbutane, 2022: 26 e 85).

Aliás, as elites moçambicanas: governantes, funcionários públicos (séniores), médicos, docentes (universitários), bancários, pilotos, empresários, etc. e suas famílias – esposas, filhos, enteados, sobrinhos, cunhados, netos – não falam as LBM, ainda tratadas pejorativamente como dialetos. Só falam LO.

Línguas não oficiais em Moçambique – pouco valorizadas, pouco documentadas, pouco estudadas – necessidade de cooficialização das Línguas Bantu Moçambicanas

Todas as línguas faladas num determinado país, sejam elas maioritárias ou minoritárias, de tradição oral ou escrita, deveriam ser oficializadas, apoiadas, valorizadas, divulgadas e desenvolvidas. O estatuto delas até pode variar, mas todas deviam gozar do direito de existência plena. Isso só é possível quando são reconhecidas como LO. Não bastam meras proclamações de circunstância dos políticos.

Tem de haver efetivamente alocação de recursos humanos, financeiros, materiais, tecnológicos para as LBM. Não serve de desculpa a tão badalada escassez crónica de recursos, usada até à exaustão, somente quando o assunto são línguas locais. Na verdade, não há vontade política (nunca houve?) para se investir nas LBM. Isso não sou eu que o digo, são os factos no terreno e estudos que têm vindo a público.

De facto, trata-se de negar às populações o seu legítimo direito de existirem em toda a sua plenitude e de se expressarem e serem tratadas nas suas culturas e línguas, não apenas na esfera privada ou familiar como igualmente na esfera pública, no país que é também delas. Perceba-se, que, até do ponto de vista económico, social e cultural, a promoção e difusão destas línguas são muito importantes. Portanto, a sua discriminação, além de ser um enorme desperdício, configura um ato de injustiça que se comete.

A não oficialização das LBM, nociva a todos os níveis, como atrás referido, afeta negativamente as pessoas que as falam, as suas culturas, a sua história, etc. Problemas daí decorrentes podem ir desde a falta de autoestima, o desprezo pelas suas origens, pela sua

cultura, língua, história, até à fraca participação na democracia e no desenvolvimento do seu país. Num regime democrático e funcional e já entrados no século XXI, isso não devia ser permitido.

O que talvez as pessoas ainda não se aperceberam e, portanto, ainda não têm consciência, é a estreita relação existente entre a política linguística e o rumo seguido pelo país, afetando o seu desenvolvimento económico, social e político, como mais abaixo se explica detalhadamente.

Se todas as línguas fossem oficializadas, as vantagens seriam incontáveis: haveria dotação orçamental para elas; talvez houvesse escolas, institutos, academias de músicas, danças, gastronomias tradicionais nas famílias e inclusive em hotéis e restaurantes do país; surgiriam projetos dedicados ao seu estudo; poderiam surgir cursos superiores de Ciências Ocultas à semelhança do que acontece na África do Sul, Reino Unido (MA Magic and Occult Science, University of Exeter); aproveitar-se-ia melhor os conhecimentos e saberes ancestrais na agricultura, pesca, na orientação terrestre e marítima; as medicinas tradicionais, curandeirismos, feitiçarias sairiam da nebulosa em que se encontram; haveria cursos de tradução entre as LBM, que proporcionariam empregos para tradutores; galvanizaria um boom económico, impulsionado por este nicho de mercado, etc.

Moçambique constitui um autêntico mosaico étnico, cultural e linguístico, com uma população estimada de cerca de trinta milhões (30 832 2443-32 442 3614). Com tanta diversidade assim, é natural que haja moçambicanos que falem duas, três ou mais línguas, entre locais, regionais, nacionais.

A institucionalização da LP como LOU configura uma política de continuidade, que pouco ou nada rompeu com a política linguística colonial de desvalorização das LBM, alicerces em que se deveria assentar a identidade moçambicana bem como a sua moçambicanidade.

Ao se apostar somente no Português, enveredou-se pelo caminho da lusofonização com tudo o que isso implica e está-se a comprometer o resgate do nosso passado e a conduzir o país ao abandono e à negação das suas raízes. Episódios de proibição de alunos negros de frequentarem as aulas de carapinha ou do chamado cabelo afro ocorreram em 2022, no Instituto Médio Técnico São Benedito (Regras sobre cabelos dos alunos causam polémica nas escolas - Rede Angola - Notícias independentes sobre Angola, 09/03/24), no Colégio Os Brilhantes, no Benfica, não são exclusivos de Angola. As reações das autoridades têm sido titubeantes (Fim da proibição do uso de cabelo afro nas Instituições - Anjo Emprego, 09/03/24).

Língua é cultura; cultura é o modo de vida, de ser e de estar das pessoas, é a adaptação do homem às suas circunstâncias, ao meio que o rodeia. Daí, dizer-se, que o homem é fruto das suas circunstâncias, ou seja, da sua cultura.

Daí que o pouco que sabemos de e sobre nós começa a partir da chegada de Vasco da Gama a Moçambique (1498). Antes disso, é um período classificado por europeus, neste caso, por portugueses, como Período Pré-Histórico, querendo com isso significar “Período sem História”. Só que somente a parte lusófona não explica tudo sobre Moçambique.

Isto remete-nos para as várias dependências que hoje se fazem sentir em vários domínios e setores da vida da sociedade moçambicana: nas academias, são sobrevalorizados autores não africanos, ditos internacionais, em detrimento de autores locais, nacionais. Dos saberes locais e ancestrais, nem se fala. Foram varridos da sociedade atual e nunca entraram nas academias.

Como se pode constatar, a oficialização das LBM é urgente por maioria de razões: por ser vital, sob pena de, por um lado, perpetuarmos a dependência externa e, por outro, por-mos em causa a nossa própria existência como um povo livre, soberano, dono e senhor dos seus destinos.

É por as LBM não serem oficiais que elas são pouco valorizadas, pouco documentadas, pouco estudadas, etc. Do mesmo modo, a LP beneficia de todas as atenções, investimentos e outras benesses por ser LO de Moçambique.

Por isso, umas das soluções para este desinvestimento nas LBM passa pela oficialização faseada, de parte ou da totalidade delas. Depois, os estudos sugeririam as prioridades e os critérios desse faseamento.

É inconcebível ou, no mínimo, é surreal, que, em Portugal, estejam a ser ensinadas línguas africanas como parte curricular do estudante, exemplo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e que em Moçambique ainda não haja esse ensino formal de LB de Moçambique generalizado em escolas, institutos, universidades. E pare-se de confundir as pessoas com cursos de Linguística *Bantu* ou de Estruturas das LB ministrados pela UEM, UP aos futuros professores, técnicos e/ou dirigentes do EB com cursos de LB.

Nós que gostamos tanto de imitar modelos ocidentais, estranhamente, não importamos decisões políticas do Ocidente que impõem domínio de determinadas competências linguísticas aos estrangeiros que queiram trabalhar nos seus países. Alemanha, Finlândia, Noruega, França, Reino Unido, EUA, Islândia, Suíça, etc., procedem deste modo. Eles têm domínio científico-tecnológico e capitais e impõem as suas regras. Nós também podíamos impor o domínio das nossas línguas regionais e/ou locais aos que vão trabalhar e/ou buscar matérias-primas em Moçambique. Só isso daria emprego a muitos moçambicanos falantes dessas línguas e geraria lucros que posteriormente poderiam servir para investir na pesquisa, preservação e valorização dessas mesmas línguas que neste momento carecem de tudo.

Por pertencermos à zona de influência de Portugal, que se tem pautado por um total alheamento, somos excluídos de nos beneficiarmos de pesquisas linguísticas levadas a cabo por Alemanha, Bélgica, EUA, França, Reino Unido, Suíça, Holanda, potências ainda influentes e com interferências em países ditos anglófonos e francófonos. Ainda assim, pontuam nomes como Maud Devos (2004). *A Grammar of Makwe*; Rozenn Guérois (2015). *A grammar of Cuwabo (Mozambique, Bantu P. 34)*; Valentin Ivanov (2018). *Some considerations on conceptualization of time in Nyungwe (Bantu N43, Mozambique)*, com trabalhos sobre línguas de Moçambique.

Esse alheamento de Portugal e dos portugueses pode ser documentado: em matéria de fato, pelo menos, um em cada dez portugueses nasceu/viveu ou possui pais, familiares, amigos que viveram/vivem em África. Quase nenhum deles fala qualquer das línguas de lá. Porque, precisamente, essas línguas eram encaradas como não línguas ou línguas atrasadas, falares, dialetos, etc. Parece que isso permanece nos dias de hoje no subconsciente dos portugueses.

Mas, nem sempre foi assim. No período colonial, António Carlos Pereira Cabral (1975). *Empréstimos linguísticos nas línguas Moçambicanas*; António Pires Prata (1983). *A Influência da Língua Portuguesa o Swahili e quatro línguas de Moçambique*; Rodrigo de Sá Nogueira, com duas obras: (1958), *Da Importância do Estudo Científico das Línguas Afri-*

canas e (1960). Dicionário Ronga-Português; José Luiz sobre Quintão (1951), Gramática de Xironga, Landim; António Jorge Dias, Margot Dias e Manuel Viegas Guerreiro (1964-70). Os Macondes de Moçambique (3 vol.); Mário de Carvalho (1969), entre outros, desenvolveram estudos sobre LB das então colónias portuguesas. Hoje, não se conhece nenhum caso do mesmo género. Em contrapartida, há um grande interesse de instituições, autoridades públicas, nomes sonantes de portugueses em estudar Português de Moçambique/Moçambicano (PM). Em matéria das línguas de Moçambique, Portugal só lhe interessa o PM. Como prova, neste momento, está a decorrer uma formação de lexicógrafos moçambicanos para a compilação DiPoMo (Dicionário do Português de Moçambique), financiado pelo Camões – Instituto da Cooperação e Língua e sob a chancela da Cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira da Universidade Eduardo Mondlane. Antes, tiveram lugar outras iniciativas: Vocabulário Ortográfico Moçambicano da Língua Portuguesa (VOMOLP) (2014), parte do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, apenas para dar alguns exemplos.

O peso histórico abate-se de forma gravosa nos próprios moçambicanos que mostram desinteresse e pouca apetência em questões das suas línguas e culturas não lusófonas. Pesquise-se quantos moçambicanos estão a investigar as suas línguas maternas de raiz *bantu* numa dedicação a tempo inteiro e verificar-se-á que quase ninguém. Os poucos linguistas e/ou investigadores moçambicanos conhecidos com estudos sobre as LBM são docentes, que, ou no âmbito da sua docência ou extra-docência, neste caso, com o seu próprio dinheiro e sacrificando o seu descanso, e a título pessoal, vão produzindo e publicando alguma coisa: Bento Siteo, Chibutane, David Landa, Ezra Alberto Nhampoca, Crisófia da Câmara Langa, Sóstenes Rego. Note-se que, na sua maioria, são originários do sul.

Nestas condições, estão em causa o estudo, a preservação e a valorização das línguas *bantu* moçambicanas e tudo o que elas comportam, assunto que se segue.

Estudo, preservação e valorização das línguas *bantu* moçambicanas

Como acima foi referido, as LBM continuam a não ser objeto de estudo, facto que se torna mais evidente no Ensino Bilingue (LP-LBM), que se debate com escassez de materiais destas línguas, o que obriga aos professores a recorrerem ao material da LP, traduzido para as LBM, quando não é o próprio professor a traduzir ou a ter de improvisar o seu próprio material, com todos os riscos inerentes a isso.

A abertura ao multilinguismo e multiculturalismo que parece começar a haver agora em Moçambique, onde, entre outros aspetos, as LB possam ser assumidas como parte integrante de uma moçambicanidade cada vez mais híbrida é o único caminho rumo a justiça e desenvolvimento harmonioso para todos em Moçambique. Como atrás mencionado, um desenvolvimento apenas apoiado na LP é ineficaz e excludente da maioria dos moçambicanos.

A utilização destas línguas em contextos formais e cada vez mais alargada a outros domínios – saúde, ciência, tecnologia, media, TIC – dá boas garantias de que, enquanto continuarem a ser usadas, elas continuarão a existir, a expandir e a desenvolver-se. A sua documentação (escrita) e a sua manutenção em vários outros suportes ou plataformas (papel, áudio, vídeo, digital) é fundamental para a sua preservação.

Por opção metodológica e distanciando-se dum eurocentrismo (pre)dominante nos estu-

dos académicos em Moçambique, é necessário revisitar o conceito de fontes primárias e evidências científicas, recentrando-as naquilo que efetivamente são as verdadeiras fontes primárias ou evidências científicas – os fazedores, os agentes que fazem acontecer, fazem o mundo mexer, os fatores de mudança e não os mensageiros ou profissionais de informação e comunicação. Deste ponto de vista, o(s) autor(es) de livros não pode(m) considerado(s) fonte(s) primária(s) exclusiva(s), sobretudo sobre temáticas de culturas orais. Esta é a justificação que parece plausível da carência de bibliografia de referência neste trabalho. Tentou-se trazer para este fórum aquilo que normalmente é banido, é desvalorizado nos meios académicos, com o argumento de que não está escrito, não vem nos livros, numa tentativa de resgatar essa informação, esses saberes marginalizados, que, de outro modo, perder-se-iam para sempre. Há uma emergência em alargar a visão, abrangendo outras narrativas, sobretudo as do sul do hemisfério, que podem ser uma mais-valia e um valioso contributo às ciências sociais, humanas e afins de países em vias de desenvolvimento como Moçambique.

Sem prejuízo de outras classificações (língua oficial, língua nacional, língua regional, língua local, língua maioritária/minoritária, língua franca, língua materna/não materna), em Moçambique, podem-se distinguir, pelo menos, três tipos de línguas: 1) as de raiz *bantu* (maioria); 2) a de origem europeia – português (PM, LO) e 3) a(s) de origem asiática (árabe, gujarate, hindi, mandarim).

Tradição já não é como era

Todas as LBM são línguas de tradição oral. Tradicionalmente, elas eram transmitidas naturalmente de pais para filhos por via oral. Isto funcionava assim gerações e gerações até aos nossos dias. Chegadas aqui, a tradição já não é como era. Quebrou-se a corrente, o vínculo entre os mais velhos e os mais novos. Estes têm outras ambições. Já não querem saber das tradições, das línguas e das culturas dos seus ancestrais. Aqueles perderam a autoridade, o peso social que possuíam. São incapazes de impor o que quer que seja. Como se isto não bastasse, não houve, não há um substituto do que se perdeu.

Nas culturas negro-africanas, os mais velhos são autênticos livros, autênticas bibliotecas vivas. A cultura ocidental, em particular a académica, não valoriza a sabedoria dos mais velhos, a sabedoria popular, a ciência do vivido. Mas, nas culturas negro-africanas, isso é muito valorizado por ser a forma por excelência de transmissão de valores, de saberes e de conhecimentos.

Os saberes na tradição oral não são de autor anónimo (sem nome) como normalmente se designa. Têm um nome e é bem determinado. São de autor coletivo, são de todos, de toda a comunidade.

Isto remete-nos para o assunto que se segue, que mexe com a problemática de haver língua(s) oficial/ais por oposição às restantes, que são rotuladas por línguas nacionais (designação ambígua), LNO moçambicanas ou LBM neste artigo.

Português – Língua oficial única

Todas as LBM são LNO, no seu próprio país, independente há quase 50 anos, continuando a sobreviver (clandestinamente) na esfera familiar, informal, num registo pouco valorizado. Para mais e melhores informações sobre a diversidade linguística em Moçambique

e o atual cenário das línguas moçambicanas, no “Atlas Linguístico em Moçambique”, a palestra/debate, entre os linguistas Carlos Manuel e David Langa e do geógrafo Paulo Covele, ambos docentes da UEM (Universidade Eduardo Mondlane), apresentado no Centro de Estudos Africanos da UFMG – Brasil e transmitido em direto para todo o mundo, Via Zoom.

Dir-se-ia que depois da independência (política) de Moçambique ter-se-á mantido a mesma política colonial de baixo estatuto das LB moçambicanas, ao não as reconhecer como línguas de pleno direito a par do português. Já não são línguas de macacos, mas, na generalidade, continuam a ser tratadas como dialetos, posto que continuam a ser LNO, menorizadas, marginalizadas na sua própria terra.

Este preconceito ainda hoje prevale em Moçambique no seio dos próprios moçambicanos, aproximadamente meio século depois da independência do país. A demonstrar isso, está o facto de até ao momento ainda não serem reconhecidas como línguas de pleno direito.

Lusofonia e a conseqüente desafricanização do país

A política linguística lusófona (chamemos-lhe assim) já se desenhava durante a luta armada de libertação nacional com uma das facções da Frelimo, onde se integravam altos quadros de origem indo-europeia (Baltazar, Fernando Ganhão, Jacinto Veloso, Jorge Rebelo, José Luís Cabaço, Helder Martins, Marcelino dos Santos, Sérgio Vieira e, nalguns casos, as suas respetivas esposas), defendiam acerrimamente a LP como a LO e de UN por oposição a Pe. Mateus Pinho Guengere que era a favor da valorização das LBM.

A presença destes elementos jogou um papel muito importante na escolha do Português como LO. Esta lusofonia que está hoje comodamente instalada em Moçambique deve-se muito a estes homens e mulheres, que exímia e diplomaticamente venceram os outros resistentes e opositores internos a uma lusofonização do país, que lhes parecia perpetuar a dependência face ao regime colonial português.

Esta opção pela Lusofonia em detrimento das LB moçambicanas faz com que: (i) gostemos da cerveja 2M (MM – Mac Mahon) em vez de imqombothi (African Beer), (ii) gostemos de passar férias e fazer turismo em Portugal, (iii) que depositemos as nossas economias ou construamos mansões em Portugal, empobrecendo a nossa economia enquanto se enriquece os outros, (iv) tenhamos o desplante de considerarmos tanzanianos, malawianos, zambianos, zimbabweanos, nossos vizinhos e portugueses, nossos irmãos.

Ao final das contas, a Lusofonia afasta-nos das nossas origens, dos nossos ancestrais, das nossas culturas, línguas, usos e costumes e empurra-nos para um mar atlântico revoltado onde nos naufragamos como náufragos apátridas, clandestinos, ilegais, anónimos, em busca de uma pertença lusófona em Portugal onde não existe.

É a nossa pretensa cultura lusófona que faz com que, apesar do clima tórrido que se faz sentir sobretudo na cidade de Tete, se insista em cobrir as casas com chapas de zinco e construí-las com concreto, materiais importados e caros e não adequados ao meio ambiente; que insistamos em que temos quatro estações (primavera, verão, outono e in-

1 Langa, David; Manuel, Carlos e Covele, Paulo (2022), “Atlas Linguístico de Moçambique”, Palestra/Debate Via Zoom, da DRI – Diretoria de Relações Públicas da UFMG, em 09/02/2022, com a UEM-Universidade Eduardo Mondlane e Centro de Estudos Africanos da UFMG – Brasil. [Em linha]. [Consult. 30.jun.2022]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QxRkMA_rqgA.

verno) em vez das nossas duas; que passemos fome por nos faltar pão; se goste de fazer turismo, enviar nossos filhos para estudar e recorrarmos a hospitais para nos tratar, etc.

Em abono da verdade (Severo, 2021: 6) e em jeito de recapitulação do que acima ficou exposto, dir-se-ia que a lusofonia não deve ser dissociada da própria colonização, pelo contrário, deve ser vista como um processo de (des)continuidade desse passado sombrio das relações entre Portugal, dum lado, e Brasil e África, doutro.

Política linguística implícita de Moçambique

A Política Linguística de Moçambique é pautada pela ausência de uma política linguística explícita que é para não se comprometer e que garante estar na situação do “faz de conta”, que, à cabeça, favorece automaticamente a língua que já detinha muitos poderes e privilégios; é uma política de continuidade porque manteve e reforçou os privilégios detidos pela LP, em nome da pretensa UN. Este argumento serviu também para manter as LBM longe das luzes da ribalta para não acicatar conflitos e ódios antigos que minariam a UN e, conseqüentemente, poriam em perigo a própria existência, segundo defendiam, da nação e de Moçambique como um estado livre e soberano.

Uma passagem atribuída a Miriam Makeba mostra o caminho aos povos explorados, humilhados e oprimidos: “The conqueror writes history, they came, they conquered and they write. You don’t expect the people who came to invade us to tell the truth about us.”²

A escolha do português como LO única, se não visava, acabou por visar a eliminação, o silenciamento das LB locais, de acordo, aliás, com o preconizado combate ao tribalismo, que passava pela necessidade de “matar a tribo para fazer nascer a nação [moçambicana]”.

Tabus em torno das línguas *bantu* moçambicanas

Ainda hoje, não se sabe ao certo quantas línguas vivas existem em Moçambique, ideia confirmada por (Chimbutane, 2022: 18): “Como nos censos anteriores, os dados do Censo 2017 não permitem dizer, com precisão, o número de LB faladas no país”, justificado com o “uso de diferentes nomes por parte dos recenseados para se referirem a uma mesma língua ou a uma mesma variante dialectal e a declaração de variantes dialectais como línguas específicas” (idem).

No entanto, parece haver forças a preferirem alimentar e manter esse tabu por razões obscuras, mas, que, têm implicações políticas. Alguns deles gostariam que esse número fosse reduzido. Por isso, são lançados números para todos os gostos, desde os mais pessimistas que apontam para oito (8) até os mais otimistas (donde me incluo) que estimam que andem à volta de quarenta e três (43), passando pelos moderados que se ficam pelos trinta e seis. Os linguistas da UEM (Universidade Eduardo Mondlane) estipulam vinte (20).

Os números disponíveis não são rigorosos, porque, por um lado, não existe entendimento sobre os critérios usados para contar línguas (e não é de todo consensual estabelecê-los), por outro, algumas línguas não estarão registadas por pertencerem a pequenas comunidades rurais pouco acessíveis e, por fim, porque, sendo a maioria delas línguas em risco, o seu estado é extremamente volátil.

2 Miriam Makeba (1969), Interview “The Conqueror Writes History”. Miriam Makeba Quotes. [Em linha]. [Consult. 11.nov.2024]. Disponível em: <https://www.azquotes.com/quote/1204180>.

A divergência destes números talvez seja sintomático de falta de trabalho de campo, de divergências de critérios, de alguma manipulação de dados. Seria importante deslindar este mistério aqui classificado de tabu. O país é que não se pode dar ao luxo de continuar a ficar sem saber quantas línguas temos, uma das condições para as estudar, preservar, valorizar e divulgar.

O país desconhece quantas línguas possui devido ao desinteresse dos governantes e ao desinvestimento que faz com que escasseiem linguistas e verbas para levar a cabo um estudo dialetológico de raiz, que nunca foi realizado ao nível nacional.

Potencial das LB Moçambicanas

Em Moçambique, existem, pelo menos, três gigantes adormecidos: a. as LB moçambicanas, b. os seus falantes e c. as suas culturas. Está nas mãos dos moçambicanos despertá-los, provê-los de apetrechos necessários e pô-los ao serviço do bem comum. Só aqui temos três tipos de economias: **i)** linguística, **ii)** étnica e **iii)** cultural. Isto conjugado pode elevar o país para altos patamares.

Por outro lado, o uso das LB moçambicanas possibilitaria a sua circulação oral e/ou escrita e esta, a sua divulgação, favorecendo, ao mesmo tempo, a sua promoção, propiciadora de negócios e de geração de renda. Pode também despertar nos seus falantes sentimentos de orgulho pela sua língua e vontade de querer conhecê-la e desenvolvê-la mais.

Os governantes e os políticos têm que ter consciência de que as línguas podem estimular o mercado, o emprego, a economia, contribuindo deste modo para a geração de riqueza nacional, com a realização de atividades de produção de textos escritos e/ou orais, vocabulários, glossários, dicionários, gramáticas e com o ensino, alfabetização, tradução, interpretação, anúncios, publicidades, etc. Ou seja, são um capital para o desenvolvimento económico do país.

Posto que se desconhece o número de línguas, conhecer o número de falantes delas é uma miragem. Os dados mais recentes são do estudo intitulado “Atlas Linguístico de Moçambique”, dos linguistas Carlos Manuel e David Langa e do geógrafo Paulo Covele, professores da UEM, apresentados numa palestra ministrada na UFMG, uma iniciativa do Centro de Estudos Africanos desta universidade e publicados em 09/02/2022.

Estes dados obtidos sem o envolvimento dos habitantes das áreas pesquisadas deixam muito a desejar. Veja-se, por exemplo, o número de falantes da língua nyungwe que praticamente não varia desde 1975, o que é de estranhar.

Reflexões conclusivas

No pós-independência, Moçambique optou por uma política linguística de manutenção da LP, tornando-a LOU, obrigatória em atos formais e públicos, na educação, saúde, justiça e em todos os serviços públicos e aparelho estatal administrativo, além de fator da UN.

Uma sociedade plurilingue como a moçambicana não se desenvolve excluindo a maior parte da sua população – 79 % tem uma língua *bantu* como sua L1 – devido à sua política linguística de LOU, baseada no português, porta de acesso ao emprego, aos hospitais, às escolas, aos serviços públicos e administrativos, etc. Não se consegue desenvolver o país com falantes da LP apenas.

Até há pouco tempo, as entidades oficiais ocupavam-se e preocupavam-se unicamente com a LO. Com as outras LNO, pouco ou nada se preocupavam. Se fossem oficializadas, os políticos e governantes seriam obrigados por lei a zelar por elas, financiando-as e criando as condições possíveis para a sua valorização e o seu desenvolvimento.

Como parece óbvio, a não oficialização das LB moçambicanas afetou negativamente o tecido económico, social e político do país, tornando-o excessivamente dependente do exterior industrializado, da LP e da lusofonia. Refira-se que o ideal lusófono centra-se na LP e em Portugal.

É de salientar, que, de acordo com o senso de 2017, a percentagem de falantes de LB tem vindo a baixar e, no mesmo período, regista-se um aumento de falantes de português, tanto como L1 ou como L2.

Moçambique é um dos países dos PALOP em que as LB moçambicanas não possuem nenhum papel relevante no Estado.

Referências bibliográficas

- Bister, Mikael (1993), Chapter D: Word Classes (unpublished), p. 1. Nampula – Moçambique, SIL.
- Cabral, António Carlos Pereira (1975), *Empréstimos linguísticos nas línguas Moçambicanas*. Lourenço Marques, Empresa Moderna.
- Chimbutane, Feliciano (2022), *Língua, Educação e Sociedade em Moçambique: Assimilação, Uniformização e Aceno à Unidade na Diversidade*. *Modern Languages Open*, 2022(1): 15, pp. 1-14. [Em linha]. [Consult. 09.mar.2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.3828/mlo.voio.374>.
- Declaração Universal Dos Direitos Linguísticos (1996), Barcelona. [Em linha]. [Consult. 23.out.2023]. Disponível em: <https://penclubportugues.org/comites/declaracao-universal-dos-direitos-linguisticos/>.
- Galvão, Emanuel (2018), *Blog Poesia Galvaneana & Outras Palavras*, in Kundera, Milan (1978), *O Livro do Riso e do Esquecimento. Para Liquidar Os Povos* (Milan Kundera). [Em linha]. [Consult. 15.out.2023]. Disponível em: poesiagalvaneana.com.br/2018/09/para-liquidar-os-povos-milan-kundera.html.
- Guérois, Rozenn (2015), *A grammar of Cuwabo (Bantu P34, Mozambique)*. Ph.D. thesis. Ghent University. [Em linha]. Disponível em: <https://theses.fr/2015LYO20032>.
- Henriksen, Sarita Monjane (2014), *Identity and plurilinguism in Africa – The Case of Mozambique*. Paraíba: Universidade Federal de Paraíba.
- Ivanov, Valentin (2018), *Some considerations on conceptualization of time in Nyungwe (Bantu N43, Mozambique)*, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Em linha]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/117569>.
- Ker, David (Ed.), (2011), *Vocabulário da Língua Cinyungwe*. SIL Moçambique, Nampula, Moçambique. [Em linha]. Disponível em: <http://lidemo.net/vodemo/>.
- Kundera, Milan (1978), *O Livro do Riso e do Esquecimento*. São Paulo: Círculo do Livro, SA. [Em linha]. [Consult. 09.mar.2024]. Disponível em: <https://disciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4694070>.

- Langa, David; Manuel, Carlos e Covele, Paulo (2022), “Atlas Linguístico de Moçambique”, Palestra/Debate Via Zoom, da DRI – Diretoria de Relações Públicas da UFMG, em 09/02/2022, com a UEM-Universidade Eduardo Mondlane e Centro de Estudos Africanos da UFMG – Brasil. [Em linha]. [Consult. 30.jun.2022]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QxRkMA_rqGA.
- Lopes, Armando Jorge (2021), Aula sobre educação e cultura em Moçambique, Parte II - Conversas sobre cultura moçambicana. Centro de Comunicação e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, na Universidade Mackenzie. [Em linha]. [Consult. 31.out.2023]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eM3PBx4EFrU>.
- Ngovene, Samuel Francisco (2020), Language in the Public Sphere: The Strength of Portuguese over Bantu Languages in relation to Mozambican Identity, Deusto: University of Deusto.
- Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, M. P. (Orgs.), (2009), Epistemologias do Sul, Coleção CES, 532 pp. Coimbra: Almedina.
- Severo, Cristine Gorski (2016), Lusofonia, Colonialismo e Globalização. Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 13, n.º 3, pp. 1321-1333, jul./set. 2016. [Em linha]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2016v13n3p1321>.
- Tavares, Manuel (2009), Recensão crítica - Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 532 pp., Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula (Orgs.) (2009), Revista Lusófona de Educação, v. 13, n.º 13. [Em linha]. [Consult. 21.out.2023]. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/553>.
- Xaba, T. (2007), *Marginalised Medical Practices: The Marginalisation and Transformation of Indigenous Medicine in South Africa*. In Santos, Boaventura de Sousa (Ed.): *Another Knowledge is Possible: Beyond Northern Epistemologies*, pp. 317-351. New York: Verso. [Em linha]. [Consult. 21.out.2023]. Disponível em: [https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Chapter%2012\(2\).pdf](https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Chapter%2012(2).pdf).